



Fundo Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social

Município de Santo Antônio de Pádua

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EDITAL: 007/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 018/2017

OBJETO: Fornecimento de gêneros alimentícios, descartáveis de cozinha, produtos de higiene e correlatos para atender a Secretaria Municipal de Assistência Social, Cras José Miguel, Cras Cidade Nova, Centro de Convivência da Terceira Idade (Polo Cidade Nova, Centro e Monte Alegre), Conselho Tutelar, Creas, Bolsa Família e Criança Feliz.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6323/2017 EDITAL: 007/2017 PREGÃO PRESENCIAL

HOMOLOGAÇÃO: 01/12/2017

EMPRESA: SUPER MERCADO CENTRO DE PÁDUA LTDA

ENDEREÇO: Rua dos Leites, nº 25, Centro, Santo Antônio de Pádua/RJ

CNPJ: 15.809.132/0001-36

6323/2017
Edital nº 007/2017
Pregão
252
R.
R. M. T. C.

Aos quatro dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete, na sala da Secretaria Municipal de Administração e Gestão do Município de Santo Antônio de Pádua, situado na Praça Visconde Figueira, nº79, segundo andar, Centro, Santo Antônio de Pádua/RJ, o responsável pelo Órgão Gerenciador, **Palloma Cunha Camacho**, nos termos do Decreto Municipal nº015/2017, face a classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO PRESENCIAL** através do procedimento do **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** para o fornecimento de gêneros alimentícios, descartáveis de cozinha, produtos de higiene e correlatos para atender a Secretaria Municipal de Assistência Social, Cras José Miguel, Cras Cidade Nova, Centro de Convivência da Terceira Idade (Polo Cidade Nova, Centro e Monte Alegre), Conselho Tutelar, Creas, Bolsa Família e Criança Feliz, segundo critérios estabelecidos no EDITAL 007/2017 e, ainda, em virtude da deliberação da Ilm^a Sra. Secretária Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social, Sr^a. **Maria Tertuliana de Souza Oliveira**, decidindo-se pela homologação do resultado da licitação, resolve, registrar os preços apresentados pela empresa **SUPER MERCADO CENTRO DE PÁDUA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº15.809.132/0001-36, representada por **Elane Nogueira Buçard**, portador(a) da carteira de identidade n.º08.387.759-7 DETRAN/RJ, conforme abaixo:

ITEM	QUANT.	UNID	DESCRIÇÃO	SUPERM. CENTRO	
				UNIT.	TOTAL
001	1680	Kg	Arroz Tipo 1, Polido Fino	2,49	4.183,20
002	140	Kg	Feijão Preto Tipo 1 – Acondicionado em pacote de 1kg	4,05	567,00
004	56	kg	Sal – Acondicionado em pacote de 1kg	0,89	49,84
006	60	Kg	Farinha De Mandioca – Acondicionado em pacote de 1kg	4,39	263,40
007	60	Kg	Farinha de QUIBE – Acondicionado em pacote de 1 kg	2,36	141,60
009	280	Embal.	Biscoito água e sal (emb. a partir de 370 gramas)	2,36	660,80
010	140	Unid.	Margarina Com Sal (Embalagem 500g)	3,49	488,60
013	168	Embal.	Óleo de soja (900ml)	3,47	582,96
014	120	Embal.	EXTRATO de tomate (340g) acondicionada em sachê	1,28	153,60
017	224	Unid	Suco de uva concentrado (embalagem 500 ml)	4,84	1.084,16
018	224	Unid	Suco de maracujá concentrado (embalagem 500 ml)	4,94	1.106,56
021	448	Kg	Carne de porco em bife	9,76	4.372,48
022	448	Kg	Peito de Frango sem osso	7,48	3.351,04
024	28	Kg	Paio	11,61	325,08
025	28	Kg	Bacon	17,54	491,12
027	70	Embal.	Colorau (100g)	1,07	74,90
028	112	Kg	Milho para pipoca, grupo duro, classe amarela, tipo 1	2,30	257,60
029	280	Embal.	Leite UHT Integral	2,94	823,20



Fundo Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social

Município de Santo Antônio de Pádua

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EDITAL: 007/2017

6323 2017
007 2017
253
P.
Ineção

030	70	Embal.	Fermento em pó (embalagem de 250 g)	6,50	455,00
031	140	Embal.	Caldo de carne, em tablete (caixa com 2 unid)	0,59	82,60
032	140	Kg	Mortadela comum	5,27	737,80
033	140	Embal.	Tempero Para Carnes Acondicionado em Sache (60g)	3,09	432,60
036	140	Embal.	Creme de leite (embalagem tetrapak 200g)	2,09	292,60
037	140	Embal.	Leite condensado (embalagem tetrapak 270g)	3,23	452,20
040	140	Kg	Achocolatado em pó	7,49	1.048,60
041	140	Embal.	Gelatina 35g	0,95	133,00
042	24	Embal.	Canela em pau embalagem 20g	1,54	36,96
043	24	Embal.	Canela em pó embalagem 50g	3,25	78,00
044	24	Embal.	Cravo da índia embalagem 40g	3,46	83,04
045	28	Kg	CANJICA BRANCA	1,35	37,80
047	28	Kg	CÔCO RALADO	24,49	685,72
052	84	Embal.	Copo descartável branco capacidade 250 ml – embal com 100 unid	2,28	191,52
053	84	Embal.	Prato descartável branco redondo para refeição 21 cm - embal com 10 unid	1,89	158,76
054	84	Embal.	Prato descartável branco redondo para refeição 15 cm - embal com 10 unid	0,83	69,72
055	112	Embal.	Guardanapo de papel folha simples 20 x 22 cm – embalagem com 50 unid	0,89	99,68
059	84	Embal.	Prato térmico descartável em isopor 150X47 mm - embalagem 20 unid	3,78	317,52
061	70	Unid	Balde capacidade mínima 10L	3,50	245,00
064	14	Unid	Pá de lixo em plástico	1,86	26,04
065	14	Unid	Cesto de lixo de plástico telado capacidade mínima 10 L	2,50	35,00
068	140	Unid	Sabão em barra 200 g	1,00	140,00
069	140	Embal.	Cloro 2 l	4,73	662,20
070	140	Embal.	Detergente 500 ml	0,97	135,80
071	140	Embal.	Palha de aço – pacote 60 g	0,75	105,00
077	112	Unid	pano de chão	2,12	237,44
TOTAL					25.956,74

1. O Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços, observada a necessária publicação, prorrogável na forma da lei, mediante justificativa por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente.

2. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações nos termos da Lei Federal nº8.666/93 e alterações posteriores.

3. Não está a Administração obrigada a contratar o bem ou serviço registrado. A contratação somente ocorre se houver interesse do Órgão/Entidade.

4. O licitante deverá comprometer-se, durante o prazo de validade do registro, manter o preço registrado e a disponibilidade do produto, nos quantitativos máximos licitados.

5. FORMA DE FORNECIMENTO E FISCALIZAÇÃO

5.1. O fornecimento dos materiais deverá ser realizado a partir de solicitação inicial por requisição do sistema orçamentário ao setor demandante especificando a quantidade, descrição completa do material e finalidade.



Fundo Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social

Município de Santo Antônio de Pádua

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EDITAL: 007/2017

6323 2017
007 2017
254
R-
Inscrição

5.1.1. Fica a cargo da área administrativa da Secretária de Desenvolvimento e Assistência Social a fiscalização e o acompanhamento da execução de todas as fases e etapas das entregas do material.

6. DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA, ENTREGA, GARANTIA E DE SUBSTITUIÇÃO DOS MATERIAIS

6.1. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

6.1.1. O prazo de vigência do contrato é de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de recebimento e atestação definitiva dos materiais pelo CONTRATANTE.

6.2. PRAZO DE ENTREGA

6.2.1. O prazo de entrega dos materiais é de no máximo **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de retirada da Nota de Empenho.

6.2.2. Por prazo de entrega entende-se o prazo considerado até que os materiais sejam descarregados e recebidos no local de entrega fixado pelo CONTRATANTE.

6.2.3. Qualquer alteração do prazo de entrega dependerá de prévia e expressa aprovação, por escrito, do CONTRATANTE.

6.3. DO PRAZO DE GARANTIA

6.3.1. O prazo de garantia dos materiais, objeto deste contrato, é de **12 (doze) meses**, contados a partir do recebimento e atestação definitiva dos materiais pelo CONTRATANTE.

6.4. DO PRAZO DE SUBSTITUIÇÃO DOS MATERIAIS

6.4.1. O prazo máximo para a CONTRATADA efetuar a substituição, sem quaisquer ônus para o CONTRATANTE, de todo e qualquer material que durante o período de garantia venha a apresentar defeito de fabricação/embalagem violada, validade vencida, e outras não conformidades é de **05 (cinco) dias úteis**, a partir da data da comunicação pelo CONTRATANTE.

6.5. PRAZO DA ATA

6.5.1. O prazo da ata do Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses**, a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços, observada a necessária publicação, prorrogável na forma da lei, mediante justificativa por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Somente fornecer produto de 1ª qualidade e dentro do prazo de validade.

7.2. Entregar e descarregar os produtos no(s) local(is) indicado(s) pelo Município.

8. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Pagar pontualmente pelo **objeto**;

8.2. Comunicar à CONTRATADA, por escrito e em tempo hábil quaisquer instruções ou alterações a serem adotadas sobre assuntos relacionados a este Contrato;

8.3. Designar um representante autorizado para acompanhar os fornecimentos e dirimir as possíveis dúvidas existentes;

8.4. Liberar o acesso dos funcionários da CONTRATADA aos locais onde serão feitas as entregas quando em áreas internas do CONTRATANTE;

8.5. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto do contrato, sem que com isso venha excluir ou reduzir a responsabilidade da CONTRATADA;

8.6. Impedir que terceiros estranhos ao contrato forneçam o objeto licitado, executem a obra ou prestem os serviços, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório e no contrato.

9. DA EXECUÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da **Lei Federal nº8.666/93 e alterações posteriores**, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



Fundo Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social

Município de Santo Antônio de Pádua

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EDITAL: 007/2017

6323/2017

007/2017

Ineças

255

R.

9.2. A CONTRATADA declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo CONTRATANTE, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações indispensáveis ao desempenho de suas atividades.

9.3. A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade integral e exclusiva da CONTRATADA quanto à integridade e à correção da execução do objeto a que se obrigou, suas consequências e implicações perante o CONTRATANTE, terceiros, próximas ou remotas.

9.4. A execução do contrato será acompanhada por um representante do CONTRATANTE especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição. O servidor designado pelo CONTRATANTE irá exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização da execução das obrigações e do desempenho da CONTRATADA, sem prejuízo desta de fiscalizar seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.5. A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pelo CONTRATANTE para representá-lo na execução do contrato.

10. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado em até **30 (trinta)** dias, mediante adimplemento de cada parcela da obrigação, através de cheque nominal ou depósito em conta bancária indicada, por intermédio da apresentação de fatura emitida pela Contratada em correspondência ao objeto executado. O processamento do pagamento observará a legislação pertinente à liquidação da despesa pública.

10.2. Havendo atraso no pagamento, desde que não decorra de ato ou fato atribuível à Contratada, serão devidos pelo Contratante 0,033%, por dia, sobre o valor da parcela devida, a título de **compensação financeira**.

10.3. Por eventuais atrasos injustificados, serão devidos à Contratada, **juros moratórios** de 0,01667% ao dia, alcançando ao ano 6% (seis por cento).

10.4. Entende-se por atraso o prazo que exceder **15 (quinze)** dias da apresentação da fatura.

10.5. Ocorrendo antecipação no pagamento dentro do prazo estabelecido, o **Município de Santo Antônio de Pádua** fará jus a um desconto de 0,033% por dia, a título de **compensação financeira**.

11. CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇO:

11.1. O critério de aceitabilidade de preço é o do **valor unitário estimado**, desclassificando-se as propostas com preços que excedam esse limite estabelecido ou sejam inexequíveis, assim considerado, aquele que não venha a ter demonstrado sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto da licitação.

12. CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

12.1. O critério de julgamento é o de **menor preço unitário**, não se admitindo proposta com preços irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de insumos e salários de mercado acrescidos dos respectivos encargos.

13. SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Conforme estabelecido no **Artigo 72 da Lei Federal nº 8.666/93**, é vedada a subcontratação da totalidade dos serviços objeto da licitação.

14. DAS SANÇÕES

14.1. A licitante ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e será descredenciada do Cadastro de Fornecedores mantido pela Administração Pública Municipal, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas nesse edital, no contrato e das demais cominações legais, conforme dispõe o **artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02**, quando:

14.1.1. Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o contrato;

14.1.2. Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida no certame



Fundo Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social

Município de Santo Antônio de Pádua

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EDITAL: 007/2017

Processo Administrativo	256
Nº	6323, 2017
Edital nº	007, 2017
Modalidade	Preços

14.1.3. Ensejar retardamento da execução do objeto;

14.1.4. Não mantiver a proposta;

14.1.5. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

14.1.6. Comportar-se de modo inidôneo;

14.1.7. Cometer fraude fiscal.

14.2. A Contratada, na hipótese de inexecução parcial ou total do contrato, ressalvados os casos fortuitos e de força maior devidamente comprovado, estará sujeita às seguintes penalidades, garantida a sua prévia defesa no respectivo processo:

14.2.1. Advertência, nas hipóteses de execução irregular de que não resulte prejuízo;

14.2.2. Multa administrativa, que não excederá, em seu total, 20% (vinte por cento) do valor da parcela inadimplida, nas hipóteses de inadimplemento ou infração de qualquer natureza;

14.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o **Município de Santo Antônio de Pádua**, por prazo não superior a dois anos;

14.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

14.3. A advertência será aplicada em casos de faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízo ao interesse do **objeto**.

14.4. A penalidade de suspensão temporária e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 anos poderá ser aplicado à Contratada nos seguintes casos, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos:

14.4.1. Reincidência em descumprimento do prazo contratual;

14.4.2. Descumprimento parcial total ou parcial de obrigação contratual;

14.4.3. Rescisão do contrato;

14.4.4. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

14.4.5. Tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;

14.4.6. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

14.5. As penalidades previstas de advertência, suspensão temporária e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas juntamente com a pena de multa, sendo assegurada à Contratada a defesa prévia, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação administrativa.

14.6. Ocorrendo atraso injustificado na entrega do **material**, por culpa da Contratada, ser-lhe-á aplicada multa moratória de 1% (um por cento), por dia útil, sobre o valor da prestação em atraso, constituindo-se em mora independente de notificação ou interpelação.

14.7. A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o contrato no prazo estipulado, importa inexecução total do contrato, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à aplicação das penalidades previstas no presente edital, inclusive multa, que não excederá, em seu total, 20% (vinte por cento) do valor da parcela inadimplida, facultando o **Município de Santo Antônio de Pádua** a convocar a licitante remanescente, na forma do **artigo 64, § 2º da Lei Federal nº8.666/93**.

14.8. Os danos e perdas decorrentes de culpa ou dolo da Contratada serão ressarcidos ao **Município de Santo Antônio de Pádua** no prazo máximo de **03 (três) dias**, contados de notificação administrativa, sob pena de multa de 0,5% (meio por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso.

14.9. As multas previstas neste ato convocatório não têm caráter compensatório e o seu pagamento não elide a responsabilidade da Contratada pelos danos causados ao **Município de Santo Antônio de Pádua** e, ainda, não impede que sejam aplicadas outras sanções previstas em lei e que o contrato seja rescindido unilateralmente.

14.10. A multa aplicada deverá ser recolhida dentro do prazo de 03 (três) dias a contar da correspondente notificação e poderá ser descontada de eventuais créditos que a Contratada tenha junto ao **Município de Santo Antônio de Pádua**, sem embargo de ser cobrada judicialmente.



Fundo Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social

Município de Santo Antônio de Pádua

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EDITAL: 007/2017

Processo Administrativo 6323/2017
007/2017
257
P.
Rubrica
Preço

14.11. Constituem motivos para rescisão do contrato, por ato unilateral do Contratante, os motivos previstos no **artigo 78, I a XI da Lei Federal nº8.666/93**, mediante decisão fundamentada, assegurados o contraditório, a defesa prévia e ampla defesa, acarretando a Contratada, no que couber, as consequências previstas no **artigo 80 do mesmo diploma legal**, sem prejuízo das sanções estipulada em leis e neste edital.

15. O fornecedor poderá solicitar o seu cancelamento do Registro de Preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução das condições assumidas, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

16. Ocorrendo atraso injustificado no fornecimento do **objeto**, por culpa do fornecedor, ser-lhe-á aplicada multa moratória de **1% (um por cento)**, por dia útil, sobre o valor da prestação em atraso, constituindo-se em mora independente de notificação ou interpelação.

17. A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar a Ata de Registro de Preços e retirar a nota de empenho no prazo estipulado, importa inexecução total da obrigação, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, hipótese em que a licitante vencedora estará sujeita à aplicação das penalidades previstas no presente edital, inclusive multa compensatória de **20% (vinte por cento)** sobre o valor da parcela inadimplida, facultando o **Município de Santo Antônio de Pádua** a convocar a licitante remanescente, na forma do **artigo 64, § 2º da Lei Federal nº8.666/93**.

18. Os danos e perdas decorrentes de culpa ou dolo do fornecedor serão ressarcidos ao **Município de Santo Antônio de Pádua** no prazo máximo de **03 (três) dias**, contados de notificação administrativa, sob pena de multa de **0,5% (meio por cento)** sobre o valor do contrato, por dia de atraso.

19. O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo Município à adjudicatária, ou cobrado judicialmente.

20. É vedado elevar arbitrariamente os preços, vender como verdadeira ou perfeita mercadoria falsificada ou deteriorada, entregar uma mercadoria por outra, alterar substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida, tornar, por qualquer modo, injustamente, mais onerosa a proposta ou a execução do contrato, conforme previsto no art. 96 da Lei 8.666/93, sujeitando-se o infrator à pena de detenção, de 03(três) a 06(seis) anos sem prejuízo das sanções acima elencadas.

21. Não será admitido o restabelecimento dos quantitativos iniciais no caso de prorrogação da Ata de Registro de Preços.

"(...) O restabelecimento dos quantitativos iniciais no caso de prorrogação da ata de registro de preços não deve ser admitido, por contrariar os princípios básicos que norteiam a atividade da Administração Pública, tais como o da legalidade, da impessoalidade, da economicidade, da vinculação ao instrumento convocatório e da moralidade.

Na verdade, a prorrogação da ata de registro de preços com restabelecimento dos quantitativos iniciais provoca a modificação do objeto da licitação e a consequente alteração das condições pactuadas, não sendo possível afirmar que a proposta vencedora permanece vantajosa para a Administração, uma vez que somente o contratado, e nenhum outro fornecedor do mercado, participa da negociação para alteração das quantidades previstas no edital. (...)" (Acórdão 991/2009 Plenário (Voto Ministro Relator)).

Palloma Cunha Camacho
Secretária Municipal de Administração
Responsável pelo Órgão Gerenciador

SUPER MERCADO CENTRO DE PÁDUA LTDA
Elane Nogueira Buçard